

PARECER Nº , DE 2011

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 77, de 2011, do Senador WALDEMIR MOKA, que *dispõe sobre a cooperação federativa no âmbito da saúde pública e o programa de cooperação federativa denominado Força Nacional de Saúde Pública.*

RELATOR: Senador **VITAL DO RÊGO**

I – RELATÓRIO

Esta Comissão recebe, para análise e parecer, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 77, de 2011, do Senador WALDEMIR MOKA, que dispõe sobre a cooperação federativa no âmbito da saúde pública e o programa de cooperação federativa denominado Força Nacional de Saúde Pública.

Em seu art. 1º, a proposição disciplina as regras gerais de organização e funcionamento da administração pública federal, para desenvolvimento do programa de cooperação federativa denominado Força Nacional de Saúde Pública.

O parágrafo único desse mesmo dispositivo informa que a Força Nacional de Saúde Pública será formada por servidores civis das entidades federativas e militares especializados.

O art. 2º autoriza a União a firmar convênio com os Estados e o Distrito Federal para executar atividades voltadas à saúde pública.

O art. 3º informa que a cooperação federativa envolve operações conjuntas e transferências de recursos, entre outras providências.

O art. 4º fornece elementos obrigatórios aos ajustes de cooperação federativa na área da saúde pública.

O art. 5º autoriza o Ministério da Saúde a colocar servidores federais à disposição de Estados, do Distrito Federal e de Municípios, em caráter emergencial e provisório.

O art. 7º prevê o pagamento de diárias aos servidores civis e militares que atuarem na área referida.

O art. 8º determina que o Ministério da Saúde mantenha cadastro atualizado de profissionais de saúde.

O art. 9º, finalmente, prevê o pagamento de indenização no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) a servidor civil ou militar vitimado por invalidez incapacitante, direito extensivo aos dependentes, em caso de falecimento.

Não foram apresentadas emendas à proposição no prazo regimental.

É o relatório.

II – ANÁLISE

A técnica legislativa da proposição que temos sob exame não é satisfatória. Entre os problemas constatados elencamos, de forma ilustrativa, o *caput* do art. 1º, de redação não normativa, mas ementária, e a repetição de previsões veiculadas pelo art. 6º, de um lado, e art. 1º, parágrafo único, e art. 2º, de outro.

Essa preliminar de técnica legislativa cede espaço, contudo, às ocorrências de inconstitucionalidade formal detectáveis na proposição.

A primeira diz respeito ao vício de iniciativa. A Constituição Federal veda expressamente a autoria parlamentar em projetos de lei que disponham sobre servidores públicos federais do Executivo ou funcionamento de seus órgãos (CF, art. 61, § 1º, II, *a* e *c*). A iniciativa, nesse caso, é reservada, privativa e indisponível do Presidente da República. Incorre em inconstitucionalidade formal, portanto, a proposição que temos sob exame

quando pretende impor encargos e tarefas a servidores do Ministério da Saúde (como no art. 1º, *caput*, e art. 5º), ou encargos (art. 8º) ou providências ao próprio Ministério ou à administração pública no âmbito executivo (art. 3º e art. 4º).

Demais disso, a proposição também padece de inconstitucionalidade formal por lesão ao princípio federativo e à autonomia dos entes federativos (CF, art. 18, *caput*) quando determina o pagamento de diárias a servidores estaduais e distritais (art. 7º) e incursiona pelo regime jurídico dos servidores dos Estados e do Distrito Federal (art. 7º, parágrafo único).

Por conta disso, e apesar dos elevados objetivos pretendidos pela proposição, a dupla inconstitucionalidade formal verificada retira da proposição condições de aprovação nesta Comissão.

III – VOTO

Somos, assim e por isso, pela **rejeição**, por inconstitucionalidade formal, do Projeto de Lei do Senado nº 77, de 2011, nesta Comissão.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator